

Gestão da parceria

A cultura do diálogo em Goiás melhorou os indicadores do estado

Moura Vilela: rebanho bovino de 20 milhões de cabeças e US$80 milhões em exportações de carne

POR
MÁRCIO BUENO

Para melhorar o desempenho da balança comercial, o governo federal vem se esforçando não apenas para aumentar o volume das exportações, mas também para aumentar o valor das unidades exportadas, o que implica estimular a agregação de valor internamente. Entre os estados que têm o agribusiness como principal atividade, Goiás é um dos que podem servir de exemplo ao resto do Brasil, por ter-se adiantado nesse processo de implantação da agroindústria, deixando aos poucos de ser um mero exportador de matéria-prima. Um dos responsáveis por essa performance é Leonardo Moura Vilela, titular da Secretaria Estadual de Agricultura do estado do início da atual gestão até dezembro de 2001, quando pediu exoneração para disputar as próximas eleições legislativas. Médico pediatra e também produtor de leite, Leonardo chegou à secretaria depois de acumular experiência participando de diversas entidades ruralistas, inclusive como presidente do Sindicato Rural da cidade de Mineiros e vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás. Os resultados positivos obtidos são creditados por ele à forma compartilhada de tomar decisões que implantou na Secretaria de Agricultura. Leonardo Moura Vilela falou a AGROANALYSIS *em dezembro, pouco tempo antes de deixar o cargo.*

■ Como se dá a participação da sociedade e de outros setores do governo nas decisões relativas ao agronegócio de Goiás?

— Assim que assumimos, nós chamamos para um seminário todo o setor do agronegócio, além de representantes de outras secretarias, do governo federal, de entidades de classe da indústria, do comércio, do setor financeiro, o sistema S (Sebrae, Senai e Senac), e também a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Durante dois dias nós discutimos quais eram os gargalos, quais eram os desafios, quais eram as prioridades do setor em nosso estado. Ao final das discussões, nós elencamos 88 pontos. Posteriormente, eles foram organizados em forma de plano por uma equipe de 10 pessoas escolhidas entre as mais representativas do agronegócio, que trabalharam durante um mês até consolidar os resultados daquele encontro.

■ O resultado do trabalho foi um planejamento para o setor?

— Um plano que nós chamamos de Plano da Agrocidadania e que tem como lema, como *slogan*: "Desenvolvimento humano, sustentável e competitivo". Essa é a síntese das nossas preocupações. Sobre o "humano" do lema, significa que de nada adianta ser um dos maiores produtores de grãos, de carne, de leite se o trabalhador rural estiver mal. O "sustentável" refere-se à questão ambiental – nós queremos preser-

var e aproveitar adequadamente os recursos naturais, crescendo sem destruir. O "competitivo" do lema significa que o foco deve estar também no aspecto econômico, capacitando-nos a disputar os mercados nacional e internacional. Essa é a tônica do nosso trabalho, são os três pilares que norteiam nosso planejamento e nossas ações.

E qual foi a principal inovação?

— Foi estabelecer a gestão da parceria, do diálogo, em que nunca tomamos uma decisão sem consultar, sem discutir exaustivamente com o setor. Todas as questões são resolvidas na mesa, são intensamente debatidas até se chegar ao consenso ou o mais próximo possível do consenso, com o total engajamento de todos. O que nós fazemos é unir esforços em torno de objetivos comuns, tanto do setor privado quanto do setor público.

Já dá para medir o resultado dessas iniciativas?

— Os resultados desses três anos são visíveis e bastante positivos. Nesse período, o rebanho bovino de Goiás saltou de 16 para 20 milhões de cabeças, além de ter melhorado a qualidade genética do rebanho, a qualidade da carne. As exportações de carne bovina, que eram incipientes, estão chegando nesse ano de 2001 a US$80 milhões e mais US$20 milhões de couro. Só no complexo bovino são, portanto, US$100 milhões de exportação. A parte genética, a parte de manejo, de modernização dos frigoríficos, cabe ao pecuarista, ao empresário, mas o governo teve participação decisiva na questão tributária. Reduzimos o imposto do boi de 7 para 3% e demos um crédito de ICMS de 7% para os frigoríficos exportarem carne.



Todas as questões são resolvidas na mesa até se chegar ao consenso ou o mais próximo possível do consenso, com o total engajamento de todos. O que nós fazemos é unir esforços em torno de objetivos comuns.

Como funciona esse crédito de ICMS?

— Além de estar livre do ICMS, por causa da Lei Kandyr, o exportador recebe um crédito de 7% sobre o valor da exportação, que pode ser usado como dinheiro, para adquirir insumos, equipamentos. Além disso, nós erradicamos a febre aftosa, o que foi fundamental para conquistarmos o mercado externo, inclusive ocupando o espaço que antes era da Argentina, do Uruguai. Atualmente, nós estamos, junto com a Apex e com o setor privado, fazendo um programa de R$1 milhão para a promoção da carne bovina de Goiás no exterior. É uma campanha de *marketing* que começa em breve, acoplada à campanha de *marketing* da carne bovina brasileira.

Em que consiste essa campanha?

— Ela estabelece a participação em feiras internacionais, a vinda de representantes de outros países – jornalistas especializados, representantes de consumidores e de órgãos de sanidade animal – para participar das feiras que realizamos em Goiás. O pacote de promoção prevê também a capacitação e reciclagem de profissionais voltados para as vendas, para a elaboração de catálogos e outros materiais publicitários que devem ter versões em diversas línguas e serem adequados às especificidades de cada cultura. A carne processada pelos frigoríficos é um exemplo, mas o mesmo está sendo feito em relação ao leite, ao algodão, aos grãos, aos frangos, aos suínos. O agronegócio, que responde por 2/3 do PIB de Goiás, é efetivamente a nossa grande vocação econômica.

O senhor falou do crescimento do rebanho bovino e do crescimento das exportações de carne bovina. E em relação a outros produtos?

— Nós pegamos o estado produzindo, em 1998, 6 milhões de toneladas de grãos e na próxima safra vamos chegar a 10 milhões de toneladas, o que significa aumento de arrecadação, de renda, do número de empregos. A produção de leite, que era de 2 bilhões de litros, vai fechar em 2,6 bilhões este ano. Em relação ao algodão, nós tivemos problemas no passado, safras entre 80 e 100 mil toneladas de pluma, e este ano nós colhemos 111 mil toneladas. Mas nunca tivemos uma safra com tanta produtividade e com tanta qualidade.

O programa de incentivo à cultura do algodão é igual ao de Mato Grosso, com renúncia fiscal parcial?

— Muito semelhante ao de Mato Grosso. Para se ter uma idéia, em duas safras, o estado transferiu para o setor mais de R$14 milhões. Esses recursos foram para o bolso dos produtores, mas circularam por toda a cadeia, chegando aos trabalhadores rurais, ao comércio local etc. E mais de R$2 milhões foram aplicados em pesquisas de seleção de variedades mais resistentes a doenças, mais produtivas e de melhor qualidade.

Em Mato Grosso, o programa de incentivos se chama Proalmat. O estado renunciou a até 75% do ICMS e mesmo assim houve um brutal aumento da arrecadação porque a produção explodiu. Aqui houve o mesmo fenômeno?

— A produção aqui iria despencar. O nosso programa, o Proalgo, teve o mérito de evitar a derrocada da cultura do algo-

dão em Goiás e ainda obter um pequeno aumento, de cerca de 25%. O mais importante foi permitir que o setor se modernizasse, aumentando a produtividade e a qualidade das fibras...

Quais são as instituições que atuam na pesquisa do algodão em Goiás?

— A Embrapa, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, vinculada à minha secretaria, a Fundação GO, que é uma instituição privada, e as universidades.

Qual é a sua avaliação dos resultados?

— Estou muito satisfeito com os programas. O estado dobrou a arrecadação em três anos, permitindo o investimento em infra-estrutura, em educação, nas áreas sociais. O setor do agronegócio está vivendo uma nova fase, de muita competitividade de melhoria de gestão, de tomar iniciativas de forma consensual, resolvendo os problemas da cadeia produtiva como um todo e não de maneira isolada, de uma forma cooperativa, proativa, com o comprometimento de todos os segmentos. É um avanço que considero extremamente importante.

Pelo jeito é um processo que não tem volta...

— Exatamente. Aliás, quando eu fui convidado, pedi a elaboração de um plano de trabalho que fosse irreversível para que depois, independentemente do secretário, do governador, dos presidentes de entidade, não houvesse um retrocesso. Hoje, o que a gente vê é isso, a coisa está consolidada. Nenhum parceiro político ou empresarial aceita uma volta e esse é o legado que estamos deixando, de uma nova maneira de se formular e executar políticas públicas voltadas para o setor do agronegócio.



Nós temos um parque industrial extremamente diversificado, bastante complexo, o que nos permite agregar valor em todos os produtos e colocar Goiás como um dos maiores estados do agronegócio no Brasil

Antes da sua gestão era diferente?

— Antigamente cada secretaria de governo atuava de maneira estanque, isolada. A secretaria de Fazenda cuidava de impostos e arrecadação, Indústria e Comércio, apenas da indústria e do comércio, a Secretaria de Agricultura, só da atividade do setor rural. Nós colocamos todo mundo na mesa e passamos a encarar o agronegócio como um todo. E quando se tomam decisões em conjunto, com discussões aprofundadas sobre todos os aspectos, sobre todas as implicações, as chances de se efetivarem são muito maiores. Eu estou muito feliz de estar deixando a secretaria num momento excepcional, num momento em que o agronegócio em Goiás está na vanguarda e cada vez mais se torna uma referência nacional.

Em termos de crescimento do setor agropecuário talvez Goiás só encontre paralelo no estado de Mato Grosso...

— Em relação a Mato Grosso, embora este estado tenha uma produção maior de produtos como soja, algodão e arroz, Goiás está na frente na pecuária de corte e de leite. Mas o mais importante é que Goiás, além de ser também um grande produtor no setor agropecuário, já é um estado agroindustrial e praticamente não exporta mais matéria-prima, enquanto Mato Grosso segue sendo um grande produtor de produtos primários, de matéria-prima. Mato Grosso se concentra em umas cinco cadeias produtivas, enquanto nós trabalhamos com 10 a doze grandes cadeias do agronegócio. Nós temos um parque industrial extremamente diversificado, bastante complexo, o que nos permite agregar valor em todos os produtos e colocar Goiás como um dos maiores estados do agronegócio no Brasil. Empreendimentos como a Perdigão, como a antiga Arisco, atual RMB, são dois dos maiores empreendimentos do mundo.

Quais as indústrias que chegaram na atual gestão?

— A Perdigão, a Gessy-Lever, que posteriormente foi incorporada, junto com a Arisco, pela RMB (Refinações de Milho Brasil), o Frigorífico Bertim, a Persa Alimentos, que é um frigorífico de suínos, e estão em implantação o Frigorífico Estrela e o Frigorífico Minerva. Há também em gestação, já na fase dos estudos finais, um grande projeto da Itambé.

E em relação ao pequeno produtor rural, o que foi feito para estimulá-lo?

— Nós apoiamos tanto a grande agricultura quanto a agricultura familiar, o pequeno produtor rural. Por exemplo, o fundo destinado às pesquisas do algodão está financiando tanto para os grandes empresários rurais quanto pesquisas sobre o algodão orgânico e o algodão colorido, para serem cultivados em assentamentos agrários, em agrovilas, por agricultores familiares. Isso mostra que os dois segmentos não são excludentes, pelo contrário, são complementares. Não dá para plantar 5 mil hectares de algodão orgânico, mas em dois hectares é possível plantar e cuidar muito bem. Esse é um aspecto social muito importante. Nós estamos apoiando e fortalecendo a agricultura familiar, o que contribui para diminuir o desemprego, melhorar a qualidade de vida, reduzir a tensão social no campo e diminuir o fluxo para a periferia das grandes cidades.

Márcio Bueno é jornalista.
E-mail: buenomar@easynet.com.br